

Por uma Superação da Relação Falaciosa entre Turismo e Desenvolvimento Local: uma Análise do Turismo em Favelas à luz da Gestão Social

Autoria: Fernando Guilherme Tenório, Vanessa Brulon, Lucas Farias Zarconi Cavalcanti Duarte

Resumo: A partir da década de 1990, as favelas do Rio de Janeiro passaram a se destacar como um atrativo turístico. Nesse sentido, o artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento da atividade turística em uma comunidade pacificada, a partir da perspectiva da gestão social. Foram realizadas entrevistas com moradores, guias turísticos e policiais. Tais entrevistas foram analisadas por meio de categorias propostas por Tenório *et al* (2008) para avaliação de processos decisórios participativos. Observou-se, a partir da análise, que a inserção dos moradores no desenvolvimento de atividades turísticas é dificultada, levando a avanços apenas em aspectos econômicos.

1. Introdução

A desigualdade social que marca a realidade de muitos países no contexto contemporâneo, manifesta-se no Brasil principalmente por meio do fenômeno das favelas. Caracterizadas como espaços em que os indivíduos vivem em condições precárias, mal servidos pela infraestrutura e serviços urbanos, e localizadas em áreas ambientalmente frágeis, as favelas tem sido consideradas um dos principais problemas urbanos atuais (MARICATO, 2007). Esse fenômeno ganha destaque na cidade do Rio de Janeiro, que tem a ela atrelada uma variedade de dicotomias que expressam sua fragmentação. “Morro” e “asfalto”, “pobres” e “ricos”, convivem lado a lado em um território em que a ação antrópica gerou problemas que se acumularam, compondo um contexto de precariedade espacial.

Embora fragmentada, a cidade do Rio de Janeiro sempre despertou o interesse de turistas, principalmente por seus atrativos relacionados à beleza natural. Entretanto, a partir da década de 1990, o outro lado deste cenário dicotômico passou a se destacar como um atrativo turístico. As favelas da cidade do Rio de Janeiro tornaram-se um ponto turístico equiparável ao Pão de Açúcar e ao Cristo Redentor. Com o processo de pacificação das favelas da cidade, a partir de 2008, o turismo em favelas ganhou força, com a consolidação de um novo produto: a favela pacificada. Merece destaque, nesse sentido, a favela Santa Marta, pioneira no processo de pacificação.

O estranhamento gerado pela criação desse novo produto turístico associado à pobreza já foi objeto de estudo de trabalhos anteriores (MEDEIROS, 2006; MEDEIROS, 2007). Para Medeiros (2006), esse fenômeno está associado, principalmente, à popularidade internacional dos *reality tour* e à circulação global de produtos que representam o “mundo exótico da favela”.

Como destaca Medeiros (2010), a favela como produto turístico é hoje um fato. Constitui-se, segundo a autora, como um negócio rentável para as agências de turismo, um destino que atrai estrangeiros e uma realidade que já faz parte do cotidiano dos moradores. Esse fenômeno tende a se disseminar em decorrência dos eventos esportivos que serão sediados na cidade nos próximos anos. Como fato consumado, cabe agora refletir como essa atividade pode ser explorada de forma a trazer benefícios aos moradores das favelas, aqueles que mais precisam e merecem um retorno.

O desejado retorno para os membros da comunidade pode ser obtido por meio da relação entre turismo e desenvolvimento local. Parece haver consenso na literatura especializada de que o turismo é uma via para o alcance do desenvolvimento local, uma vez que traz benefícios socioeconômicos para a localidade em que a atividade turística se dá. Entretanto, Holanda e Vieira (2003) chamam atenção para a falácia da relação direta entre os dois conceitos. Na visão dos autores, para que o turismo leve ao desenvolvimento, a participação do poder local é condição necessária. No mesmo sentido, Tenório (2007) ressalta a importância da cidadania para o processo de desenvolvimento local.

Ao assumir a importância da participação social para a superação de uma relação falaciosa entre turismo e desenvolvimento, e no intuito de discutir os possíveis retornos para os membros da comunidade, o artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento da atividade turística em uma comunidade pacificada, a partir da perspectiva da gestão social.

2. Por uma Superação da Relação Falaciosa entre Turismo e Desenvolvimento Local

Para que o turismo em favelas venha a trazer benefícios para seus moradores, é importante que se discuta a relação entre turismo e desenvolvimento local como uma possível via. O estabelecimento de uma relação direta entre os dois conceitos, entretanto, pode ser questionado. A gestão social apresenta-se, assim, como uma forma de superar essa falácia (HOLANDA e VIEIRA, 2003; TENÓRIO, 2007).

2.1 O Turismo em Favelas

O conceito de turismo sofreu alterações ao longo do tempo. A definição inicial, que o relacionava a viagens para locais distante 50 milhas da residência, com duração de mais de 24 horas, sem o exercício de ocupação remunerada (LAGE; MILONE, 2000), passou a ser debatida, tendo em vista sua ampliação. Como consequência do debate, hoje já se admite que delimitar uma definição específica de turismo é impossível, podendo-se afirmar apenas que é uma atividade socioeconômica, pois gera a produção de bens e serviços, suprindo necessidades básicas e secundárias dos turistas (LAGE; MILONE, 2000).

Segundo Lage e Milone (2000), o turismo traz grande impacto para a economia de um país ou região e é de grande importância o estudo, acompanhamento e desenvolvimento desta atividade. Tal impacto pode ser ilustrado pelos dados do IBGE (2010) que revelam que, em 2007 as atividades turísticas geraram renda de 82,7 bilhões de reais e respondiam por 5,6% do setor de serviços, contando com 5,9 milhões de postos de trabalho.

O Brasil, em 2010, recebeu 5,1 milhões de turistas estrangeiros o que gerou 5,9 bilhões de dólares em receita cambial (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011). Desse total, o estado do Rio de Janeiro, no ano de 2010, recebeu 980 mil turistas estrangeiros e contava com 1.522 agências cadastradas no Ministério do Turismo e 87 mil leitos de hospedagem (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011).

A grande quantidade de turistas que visitam a cidade do Rio de Janeiro, expressa nos dados acima, vem em busca, principalmente, de seus atrativos naturais, que fazem da cidade uma das mais belas do mundo. Mas a pobreza da cidade, nos últimos anos, também vem atraindo os turistas (MEDEIROS, 2009). Segundo Medeiros (2006), é a partir da década de 1990 que a prática de atividades turísticas nas favelas torna-se massiva.

Conforme Denaldi (2005), nos principais centros metropolitanos do País, de 20 a 40% da população total reside em favelas. Maricato (2007) explica que o termo “favela” refere-se a regiões marcadas por uma situação ilegal de ocupação do solo, na qual o morador não tem direito legal sobre a terra que ocupa, podendo ser despejado a qualquer momento. A autora as caracteriza como regiões sujeitas à exclusão urbana, já que são mal servidas pela infraestrutura e serviços urbanos, como os de água, esgoto ou transporte. Outro problema das favelas, levantado pela autora, diz respeito à sua localização em áreas ambientalmente frágeis, como encostas íngremes ou beira de córregos, sujeitas a desmoronamento.

Embora tenham surgido como forma de solução imediata para um problema urbano de habitação da população mais pobre, em um cenário de elevação de preços dos solos, as favelas tornaram-se um dos principais problemas urbanos na medida em que foram se expandido. Com sua expansão, a favela passa a ser enxergada como um “problema” social que precisava ser combatido (OLIVEIRA, 1985). Segundo Valladares (2000), no início do século XX o “problema” das favelas passa a ser discutido por jornalistas, médicos e engenheiros que demonstravam preocupação com o futuro da população, e torna-se alvo de ações do governo.

No Brasil, merece destaque a cidade do Rio de Janeiro, local em que foi formulado o maior número de políticas governamentais voltadas para as favelas (VALLADARES e FIGUEIREDO, 1983). Como mostrou Valladares (2000), a primeira favela surgiu no Rio de Janeiro, no Morro da Providência, e desde então essa forma de aglomeração urbana se disseminou pela cidade. Nesse sentido, o Rio de Janeiro acabou se tornando o principal objeto de análise da maioria dos trabalhos que discutem a origem e a expansão das favelas (COSTA e NASCIMENTO, 2005).

Constituindo-se, assim, como um espaço marcado por condições de vida precária, chama atenção a consolidação das favelas da cidade do Rio de Janeiro como um de seus principais pontos turísticos. Essa questão foi investigada por Medeiros (2006), que defende a

associação deste fenômeno à popularidade internacional dos *reality tour* (“tours sociais” ou “tours sombrios”), bem como à circulação global de produtos que representam o “mundo exótico da favela”. O processo de pacificação pelo qual essas favelas passaram a partir de 2008 também é identificado como um fator intensificador do fenômeno.

Medeiros (2009) chama atenção para o fato de que 99% dos turistas que são atraídos por esses elementos são estrangeiros. Embora os habitantes das favelas se vejam diante de turistas estrangeiros, o que implica, na maior parte das vezes, uma barreira lingüística, Medeiros (2007) defende que os favelados não são passivos no que diz respeito ao processo de desenvolvimento de atividades turísticas na favela. O olhar investigativo que muitas vezes lançam ao turista marca, na visão da autora, seu papel ativo.

Segundo Medeiros (2010), quer se goste ou não, o turismo em favelas é hoje um fato que marca a realidade da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, cabe investigar como essas atividades turísticas podem ser exploradas de forma a trazer um retorno para os moradores das favelas. A relação entre turismo e desenvolvimento local pode ser uma via por meio da qual esses benefícios podem ser alcançados pelos membros das comunidades.

2.2 Por uma Relação entre Turismo e Desenvolvimento Local

O turismo se intensificou com a evolução das tecnologias de comunicação e de meios de transporte, evoluindo de forma a ser hoje pensado não apenas como uma atividade de lazer, mas como uma atividade que ocupa importante papel social, político e econômico, sendo, para alguns países, o motor de seu desenvolvimento (BATISTA, 2003).

Segunda Holanda e Vieira (2003), é muito freqüente na literatura especializada a defesa da existência de uma relação entre turismo e desenvolvimento local. Esta idéia parece estar associada, conforme os autores, à geração de renda, empregos diretos e indiretos e à conseqüente melhora da qualidade de vida da localidade.

Cunha (1997), por exemplo, apresenta algumas razões pelas quais o turismo pode contribuir para o desenvolvimento local. Em primeiro lugar, para o autor, como o turismo é função das características locais, para as regiões que tem potencial, é a atividade turística que melhor pode desenvolver esses recursos locais. Além disso, o autor explica que quando um turista consome produtos produzidos localmente, ocorre uma transferência de rendimentos que poderia não ocorrer caso não houvesse a atividade. Pode-se afirmar também, segundo Cunha (1997), que a atividade turística demanda e justifica investimentos da iniciativa privada e pública em infraestrutura, equipamento, capacitação, que acaba por beneficiar a população local e possibilitar a instalação de outras atividades. Ainda, conforme o autor, o turismo desenvolve a produção local, possibilitando o equilíbrio das desigualdades de uma região.

Entretanto, Holanda e Vieira (2003) chamam atenção para o papel marginalizado que ocupam as comunidades locais, podendo as expressões locais e regionais ficar de fora das atividades turísticas da região. Para os autores é importante a existência de “projetos integrados em nível local que envolvam os mais variados atores socioeconômicos para dar lhe sustentação como vetor de desenvolvimento local” (HOLANDA e VIEIRA, 2003, p. 282). Conforme os autores, para que o turismo leve ao desenvolvimento local, é crucial que haja uma gestão participativa, que articule o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil. Quando isso não acontece, a relação entre turismo e desenvolvimento torne-se bloqueada. Indo ao encontro de Holanda e Vieira (2003), Sousa (2006) defende que além de se conhecer os recursos da região é de crucial importância o envolvimento da população no planejamento e implementação do turismo.

Para que o turismo, então, promova o desenvolvimento de forma mais significativa e com o menor número de impactos negativos, deve contemplar as relações entre os atores privados, públicos e a população. Essa pluralidade é destacada por Oliveira (2001, p. 168):

O planejamento e a operação do turismo devem ser inter-setoriais e integrados, envolvendo várias organizações governamentais, empresas privadas, grupos de cidadãos e indivíduos, permitindo deste modo obter o maior número possível de benefícios

Os autores ressaltam, assim, a importância da participação da comunidade local, bem como da pluralidade de atores envolvidos nas atividades turísticas, para que essa relação entre turismo e desenvolvimento local efetivamente se dê. Desta forma, apontam para a gestão social como uma forma de superação da relação falaciosa entre turismo e desenvolvimento local.

2.3 A Importância da Gestão Social para o Desenvolvimento Local

Representante da segunda geração da Escola de Frankfurt, Habermas (2002) leva adiante a crítica ao predomínio da racionalidade instrumental, mas consegue enxergar uma saída por meio de uma ação social do tipo comunicativa. Com o desenvolvimento da Teoria da Ação Comunicativa, o filósofo alemão Jürgen Habermas, propõe outro tipo de racionalidade, a racionalidade comunicativa, como alternativa à racionalidade instrumental.

Na Teoria da Ação Comunicativa habermasiana, a comunicação entre participantes de uma mesma comunidade torna-se central, e passa a ser entendida como o princípio ordenador da vida humana associada (VIZEU, 2005). Segundo Tenório (2002), a racionalidade comunicativa proposta por Habermas promove a mediação entre a teoria e a prática por meio do diálogo que se estabelece entre os agentes sociais do processo.

É pautada nos pressupostos do agir comunicativo, conforme proposto por Habermas (2002), que se desenvolve a noção de gestão social. Orientada por uma racionalidade comunicativa, a gestão social se dá por meio de um acordo alcançado comunicativamente entre os diferentes atores, que expõem suas argumentações através da razão (TENÓRIO, 2008). Assim, conforme explica Tenório (2008), só existe verdade no processo de gestão social se todos os participantes admitem sua validade.

Entretanto, Tenório (2008) chama atenção para o fato de que a gestão social, no contexto contemporâneo, tem se aproximado da gestão estratégica, pautando-se pela lógica do mercado, em detrimento de questões de natureza social. É nesse sentido que se torna ainda mais relevante que as diferenças entre as duas perspectivas sejam marcadas e apontadas, tendo em vista a retomada de uma gestão social livre de contaminações. A gestão social, opõe-se à gestão estratégica na medida em que “tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais” (TENÓRIO, 2008, p. 25).

Marcando, assim, as especificidades da gestão social, que a distanciam da gestão estratégica, Oliveira, Cançado e Pereira (2010) destacam três de suas características, que podem ser consideradas centrais. A primeira delas, segundo os autores, é a tomada de decisão coletiva, baseada no entendimento e na argumentação, sem que haja qualquer forma de coerção. Em seguida, os autores mencionam a transparência, tendo em vista que para que o processo decisório se dê por meio da comunicação e do entendimento, é preciso que as informações estejam disponíveis a todos. Por fim, Oliveira, Cançado e Pereira (2010) ressaltam a emancipação como o resultado da gestão social, já que a participação no processo de tomada de decisão leva ao crescimento e ao amadurecimento dos atores, que passam a se enxergar como cidadãos participantes de uma esfera pública.

A importância da gestão social para o processo de desenvolvimento é enfatizada principalmente quando se deixa de pensar desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Ao longo do seu processo de expansão, a teoria do desenvolvimento sofreu importantes transformações, e o papel do crescimento econômico para o desenvolvimento, superestimado em um período inicial, passou a ser entendido como um critério necessário,

mas longe de ser suficiente (SACHS, 1997). Nesse percurso, a noção de desenvolvimento foi aumentando em complexidade, e à dimensão econômica, foram acrescentadas dimensões sociais, políticas, culturais, éticas, ambientais e territoriais, conforme mostrou Sachs (1997).

Em uma tentativa de se opor ao pensamento dominante, alguns autores passaram a tratar o conceito de desenvolvimento a partir de uma perspectiva mais abrangente, ressaltando a importância de aspectos substantivos e culturais. Importante autor latino-americano a abordar a temática do desenvolvimento, Furtado (2000), adepto dessa visão, entende o conceito em dois sentidos distintos: o primeiro, em relação à evolução de um sistema social de produção, e o segundo relacionado com o grau de satisfação das necessidades humanas.

Ao definir desenvolvimento a partir de seus dois sentidos, Furtado (2000, p. 22) ressalta a importância de se pensar nos fins substantivos desejados ao se discutir o conceito, sem que se deixe guiar apenas pela lógica dos meios, imposta do exterior. Para o autor, o desenvolvimento futuro deve abrir espaço para a realização das potencialidades da cultura local e reencontro com o gênio criativo dessa cultura. O autor reforça, assim, a importância da preservação de uma identidade cultural e da liberação das forças criativas da sociedade. Daí a importância do enriquecimento cultural e da participação social para o processo de desenvolvimento.

No contexto contemporâneo, merece destaque o pensamento de Sachs (2005), que defende que o conceito de desenvolvimento deve ser discutido a partir das dimensões que no momento podem ser consideradas as mais pertinentes. Nesse sentido, para o autor, “convém acompanhar o conceito de desenvolvimento dos três epítetos seguintes: (socialmente) incluyente, (ambientalmente) sustentável, (economicamente) sustentado” (SACHS, 2005, p. 156). Propõe, assim, que se busque um “novo desenvolvimento”, interligado à identidade nacional.

Ao pensar na perspectiva do desenvolvimento local, entendido como “um processo centrado em um território concreto no qual os protagonistas são uma pluralidade de atores que ocupam determinadas posições no espaço social(...)” (TENÓRIO, 2007, p. 105), Tenório (2007) destaca a importância da cidadania deliberativa, que significa que “a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (TENÓRIO, 2007, p. 105).

Segundo Tenório (2007), é por meio da integração destes dois conceitos que se torna possível a mudança para uma gestão descentralizada, na qual há a interação entre os diferentes grupos que compõem a sociedade local e o poder público, trazendo benefícios para a comunidade. Entretanto, o autor ressalta que, para que seja possível um desenvolvimento com cidadania, é preciso que haja participação, ou seja, o privilégio de ações concertadas entre sociedade civil, mercado e Estado. Para Tenório (2008), as ações locais de desenvolvimento devem se dar por meio da facilitação do poder público, que não deve manter o monopólio das ações.

Diante da importância da gestão social para o desenvolvimento, Tenório *et al* (2008) propõem, a partir de uma densa discussão teórica, alguns critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos. Segundo os autores, “a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (TENÓRIO *ET AL*, 2008).

Evidencia-se, assim, a importância da participação social para a noção de desenvolvimento, presente no pensamento de autores como Furtado (1984; 2000), Sachs (1997) e Tenório (2007; 2008). Diante da importância de se ter um desenvolvimento interligado à identidade cultural, que abra espaço para a expressão das potencialidades da cultura local e que esteja atrelado à noção de cidadania, a gestão social precisa se fazer

presente nas atividades turísticas para que se alcance o tão desejado projeto de desenvolvimento.

3. Método de Pesquisa

Para atender ao objetivo de analisar o desenvolvimento da atividade turística em uma comunidade pacificada, a partir da perspectiva da gestão social, foram entrevistados moradores, líderes comunitários, comerciantes locais, guias turísticos e polícias que atuam na favela Santa Marta, com um total de 25 entrevistas semi-estruturadas de, em média, uma hora e meia de duração. A favela Santa Marta foi selecionada como campo de estudo por ser, atualmente, a favela com maior desenvolvimento de atividades turísticas na cidade do Rio de Janeiro, provavelmente em decorrência de seu pioneirismo no processo de pacificação.

As entrevistas semi-estruturadas foram integralmente transcritas e foi realizada a análise interpretativa dos dados a partir de categorias pré-estabelecidas e da base teórica revisada. O tratamento e a análise dos dados se deram com base em algumas categorias de análises, bem como seus respectivos critérios, propostos por Tenório *et al* (2008), como critérios para a análise de processos decisórios participativos deliberativos. As categorias, conforme propostas pelos autores, foram selecionadas de acordo com a aplicabilidade ao contexto das atividades turísticas investigado. De acordo com Tenório *et al* (2008, p. 15) “os critérios de avaliação de participação cidadã elaborados no artigo podem contribuir para a avaliação de diversas modalidades de ações de cidadania deliberativa”.

De posse da transcrição integral das entrevistas, operou-se a busca e sistematização dos fragmentos relevantes para a argumentação, de acordo com os critérios de cada categoria. As categorias e seus critérios, conforme propostos por Tenório *et al* (2008), são apresentadas na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1. Critérios para a análise de processos decisórios participativos deliberativos

Categorias	Critérios
Inclusão: incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios.	Abertura dos espaços de decisão: processos, mecanismos, instituições que favorecem a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos, dando uma chance igual a todos de participação na tomada de decisão.
	Aceitação social, política e técnica: reconhecimento pelos atores da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social, quanto no político e no técnico.
	Valorização cidadã: valorização por parte da cidadania sobre a relevância da sua participação.
Pluralismo: multiplicidade de atores (poder público, mercado e sociedade civil) que, a partir de seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos no processo de tomada de decisão.	Participação de diferentes atores: atuação de associações, movimentos e organizações, bem como cidadãos não organizados, envolvidos no processo deliberativo.
	Perfil dos atores: características dos atores em relação as suas experiências em processos democráticos de participação.
Bem comum: bem-estar social alcançado através da prática republicana.	Objetivos alcançados: relação entre os objetivos planejados e os realizados.
	Aprovação cidadã dos resultados: avaliação positiva dos atores sobre os resultados alcançados.

Fonte: Adaptado de Tenório *et al* (2008)

4. A Favela Santa Marta

No coração da zona sul, a favela da Santa Marta se encontra no bairro de Botafogo, as margens de uma das maiores e mais movimentadas avenidas do bairro, a São Clemente. Por estar localizada na zona sul da cidade, região que abriga grande parte dos pontos turísticos do Rio de Janeiro, quem sobe as escadarias ou o plano inclinado, inaugurado em 2009, pode avistar muitos cartões postais da cidade.

Dona Marta é o nome do morro, onde se encontra o mirante, a floresta e a favela; já a favela se chama Santa Marta. Com aproximadamente 4700 moradores, a favela Santa Marta conta com muitos atrativos turísticos, que já a fizeram muitas vezes objeto de destaque na mídia. Além da famosa vista e do trabalho de ONGs que costumam ser visitadas, a favela possui a conhecida “Laje do Michel Jackson”, na qual o cantor Michael Jackson gravou um de seus clipes, durante sua visita ao Brasil, em 1996.

Entretanto, o morro Dona Marta, como outros morros da cidade, não ficou livre da presença de traficantes. Durante um longo período de tempo, a favela esteve dominada pelo poder do tráfico de drogas, e a baixa atuação do Estado na região levou a população a viver em condições precárias. Em 2008, após quase 100 anos que as primeiras famílias começaram a ocupar o morro, o Dona Marta foi dominado pela polícia. A ocupação se deu como parte de uma política de governo que visava à implantação da Unidade de Polícia Pacificadora, com a idéia de polícia da paz, que ao manter a segurança e estimular a participação das pessoas da favela, pudesse promover políticas sociais voltadas para o desenvolvimento da comunidade e recuperação da cidadania para sua população (UPP RJ, 2011).

O setor turístico, potencial natural da região em razão da vista privilegiada, teve suas oportunidades ampliadas após a possibilidade de livre acesso pelas vielas da comunidade. Vale ressaltar o programa Rio Top Tour (UPP SOCIAL, 2010), que teve início em 2010, e tinha como objetivo a capacitação dos moradores da região para se tornarem guias e a sinalização da favela para ajudar os turistas.

Com mais de um século de ocupação a favela Santa Marta é hoje uma referência ao se falar de favela no Rio de Janeiro. Embora o passado da favela tenha sido marcado pelo domínio dos criminosos na região e o descaso do poder público, resultando em uma comunidade precária de infra-estrutura e qualidade de vida para os moradores, a partir de 2008, um novo capítulo da história da comunidade começou a ser escrito, com a entrada do Estado por meio da UPP, abrindo espaço para o aumento de atividades turísticas na região, e reascendendo a esperança da comunidade pela melhoria nas condições de vida da população local.

5. O Turismo na Favela Santa Marta à Luz da Gestão Social

A análise a seguir se deu com base nas categorias e critérios propostos por Tenório *et al* (2008), conforme apresentado na Tabela 1. Foi identificada, na fala dos entrevistados, a forma como essas categorias se mostraram presentes.

5.1 A Inclusão no Desenvolvimento de Atividades Turísticas na Favela Santa Marta

A Inclusão no desenvolvimento de atividades turísticas na favela Santa Marta foi analisada a partir de três critérios, conforme exposto anteriormente: abertura dos espaços de decisão, aceitação social, política e técnica e valorização cidadã.

A partir do processo de pacificação das favelas em 2008, no qual a favela Santa Marta foi pioneira, as atividades turísticas que antes se concentravam na Rocinha passaram a ser transferidas para a Santa Marta, e um novo produto foi criado: a favela pacificada. Neste contexto, vale destacar o projeto Rio Top Tour, implementado pela Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Estado do Rio de Janeiro a partir de 2010, que teve como objetivo a capacitação dos moradores da região para se tornarem guias e a sinalização da favela para

ajudar os turistas. Com a implementação desse programa a atividade turística na favela Santa Marta se consolidou e ganhou destaque.

Apesar da importância da atividade turística na comunidade, quando perguntados se existe algum espaço para debate sobre o turismo na favela, geralmente a resposta dos moradores era negativa. Alguns moradores, entretanto, apontaram a proposta de reuniões pelo governo, para que as atividades turísticas na favela fossem discutidas. Mas mesmo nestes casos, foram identificados impedimentos para a participação social, como a falta de espaço para os moradores se colocarem, ou o horário inadequado das reuniões, conforme explicita uma moradora:

as reuniões enchiam porque as pessoas também estavam insatisfeitas mas não tinham o espaço para se colocarem, para conversar, para debater.(...) O governo já tinha uma idéia pronta, preparada para o turismo aqui dentro e que não incluía a gente. (...) Ela aparece uma vez por mês para dizer que marcou uma reunião e não vai ninguém na reunião. (...) Três horas da tarde, a reunião na sexta feira! (ENTREVISTADO 3 – mulher, guia turística e moradora)

Boullosa e Schommer (2010) destacam a importância de que o Estado reveja a sua posição de primazia na condução de processos de transformação social, para que a gestão social se dê. O fato de o governo se apresentar com uma “idéia pronta” para o turismo na favela não atende ao estabelecimento de uma nova relação entre Estado e sociedade, requerida pela gestão social.

O mesmo desconhecimento que os moradores apresentaram em relação às reuniões propostas pelo governo também se mostrou presente no que diz respeito ao projeto Rio Top Tour. Muitos moradores responderam negativamente quando perguntados a respeito do conhecimento da existência do projeto. Segundo um morador a comunidade, em geral, “Não tem conhecimento. Não tem porque não foi bem informado” (ENTREVISTADO 16 – homem, liderança e morador). Até mesmo um guia envolvido no projeto concorda com a falta de divulgação para a comunidade local: “(...) ninguém sabe do Rio Top Tour... (...) Teve alguma divulgação, o Rio Top Tour? Não houve nada.” (ENTREVISTADO 1 – homem, sócio de agência de turismo e não é morador).

Desde o seu planejamento, o programa é criticado pelos moradores, principalmente por aqueles que já trabalhavam com turismo na região e não foram consultados no que diz respeito à elaboração do programa. Uma moradora muito atuante na atividade turística da comunidade queixa-se: “eles fazem um plano de turismo aqui e as pessoas me conhecem, (...) fui pioneira nessa coisa de turismo mesmo, (...) E, pô, as pessoas não chamam você, entendeu?” (ENTREVISTADO 3 – mulher, guia turística e moradora).

Para que o processo se caracterize verdadeiramente como uma gestão social Tenório (2008a) chama atenção para a importância de um gerenciamento participativo e dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais. Importantes decisões referentes ao desenvolvimento de atividades turísticas na favela Santa Marta, tomadas na etapa de planejamento do programa Rio Top Tour, segundo os moradores entrevistados, não contaram com a presença de atores muito importantes: os membros da comunidade.

O projeto Rio Top Tour contou também com a oferta de cursos de formação de guias turísticos para que membros da comunidade pudessem se aperfeiçoar e se tornar habilitados a atuar na profissão. Entretanto, os cursos também não eram do conhecimento de todos, e a visão dos moradores que os conheciam não era, em geral, positiva. Uma moradora, por exemplo, ao ser indagada a respeito de sua opinião sobre os cursos oferecidos pela Rio Top Tour afirma:

Uma palhaçada! (...) É um desastre porque eles não prepararam a comunidade, vêm com os cursos em uns horários, com umas coisas que não tem nada a ver com a gente. Os cursos, as coisas não são feitas em cima da necessidade do morador, é em cima do que o governo acha legal de implantar aqui e eles implantam. (ENTREVISTADO 3 – mulher, guia turística e moradora)

Ao responder a essa mesma pergunta, outro morador concorda: “Não achei boa e acho que esse curso só veio para (...) para falar que o morador também participa, mas é uma, falta a inclusão do morador no turismo (ENTREVISTADO 4 – homem, estudante e morador).

Uma importante via de abertura de espaço de decisão e participação para os moradores da favela é sua atuação como guias turísticos. Embora os moradores tenham demonstrado interesse em se inserirem nas atividades turísticas por meio da profissão de guia, essa entrada, segundo os relatos, parece ser dificultada, a começar pelas barreiras encontradas no curso de formação. Esse fato também se evidenciou a partir da fala dos próprios agentes de turismo, como pode ser observado no seguinte relato:

Porque todo mundo, até no Santa Marta, pergunta: "Mas porque você não usa a gente como monitor dos seus passeios?". "Gostaria muito, mas eu não sei se vocês falam inglês". (...) eu já tenho um guia dentro do carro, não tem muito o que fazer. (ENTREVISTADO 1 – homem, sócio de agência de turismo e não é morador).

Tenório (2008) chama atenção para o fato de que a gestão social, no contexto contemporâneo, tem se aproximado da gestão estratégica, pautando-se pela lógica do mercado, em detrimento de questões de natureza social. Isso pode ser observado na situação descrita acima, em que as exigências de qualificação advindas do mercado, bem como a lógica de eficiência mostram-se presente em uma situação em que a gestão social é requerida.

Diante da ausência da abertura de espaços de decisão e de discussão das atividades turísticas propostas pelo governo, os moradores se organizaram e formaram seu próprio comitê, conforme expressa uma moradora: “porque que a gente fez o comitê, comitê de turismo do Santa Marta? (...) porque o governo veio aqui, começou a desenvolver um turismo da maneira que eles achavam legal”(ENTREVISTADO 3– mulher, guia turística e moradora).

Há, assim, por parte dos moradores, o reconhecimento da necessidade de uma metodologia que possibilite sua inserção nesse processo, como pode ser observado na fala de uma moradora, que também atua como guia:

(...) infelizmente, a gente não foi preparado para essa realidade que existe aqui hoje dentro do Santa Marta. (...) As pessoas não sabem como se inserir nesse novo contexto que apareceu aqui no Santa Marta (...). Então, quando eles entraram com esse projeto, a gente não tinha capacitação, a gente não tinha nada! (ENTREVISTADO 3 – mulher, guia turística e moradora).

Entretanto, o mesmo reconhecimento não parece se fazer presente por parte do governo. Os relatos de alguns moradores parecem demonstrar a ausência de preocupação por parte do poder público de inserir os membros da comunidade nesse novo processo:

(...) porque eles queriam fazer a sua promoção e a gente que é protagonista aqui dentro, ficou de lado, a gente virou coadjuvante. O governo já tinha uma idéia pronta, preparada para o turismo aqui dentro e que não incluía a gente (ENTREVISTADO 2 – mulher e moradora).

Os moradores relatam, ainda, uma aparente falta de investimento do governo nos membros da comunidade, para que sua inserção seja facilitada: “Eu pensei que eles iam investir no morador. (...) E eu percebi que eles não tinham um investimento na gente” (ENTREVISTADO 21 – mulher, agente comunitária e moradora).

Oliveira, Cançado e Pereira (2010) destacam como uma das três principais características da gestão social a tomada de decisão coletiva, baseada no entendimento e na argumentação, sem que haja qualquer forma de coerção. Para que isso seja possível é preciso o reconhecimento da necessidade de uma metodologia participativa, tanto por parte da sociedade, quanto por parte do governo.

Mesmo diante das dificuldades expostas, os moradores parecem valorizar sua participação e considerá-la relevante, e apresentam uma série de argumentos que fundamentam a importância de sua participação. Um morador afirma, por exemplo, que “(...) quem conhece o morro é quem mora no morro, o pessoal sobe aí e não conhece nada” (ENTREVISTADO 14 – homem, locutor da rádio Santa Marta e morador), para justificar a importância da atuação dos moradores como guias turísticos locais. A importância da comunidade para a continuidade do projeto também foi destacada: “E outra coisa: daqui a pouco eles vão embora, vai ter eleição e esse povo não vai ficar aí para sempre, é a gente que tem que tocar essa atividade aqui dentro” (ENTREVISTADO 3 – mulher, guia turística e moradora).

A relevância do resgate da identidade cultural é ressaltada, juntamente com a importância da inserção da comunidade nas atividades turísticas para tal. Esse aspecto se mostra presente na fala de uma moradora: “A atividade turística tem muito a contribuir nesse sentido de não só de você resgatar a história do Santa Marta, como de todas as outras favelas. (...) é você consolidar a questão da identidade, a sua identidade, (...)” (ENTREVISTADO 3 – mulher, guia turística e moradora).

É central, na visão de Furtado (1984), a preservação de uma identidade cultural, para que o processo de desenvolvimento se dê. E essa preservação, como expressam os moradores da favela, só pode se dar por meio daqueles que são conhecedores de sua própria história. Também para Tenório (2008), as ações de desenvolvimento só terão eficácia se o poder público se colocar como apenas um dos agentes envolvidos e passar a levar em conta a cultura local, por meio da participação daqueles que melhor a conhecem: os membros da comunidade.

5.2 O Pluralismo no Desenvolvimento de Atividades Turísticas na Favela Santa Marta

O pluralismo, entendido como a diversidade de atores envolvidos no processo de desenvolvimento de atividades turísticas na favela Santa Marta, foi analisado por meio de dois critérios: participação de diferentes atores e perfil dos atores.

A participação de diferentes atores pode ser evidenciada na fala dos entrevistados. Os moradores, importantes atores do processo, foram envolvidos nas atividades turísticas principalmente por meio da Associação de Moradores, como aparece no relato de um dos guias turísticos:

Teve o Zé Mário, que é o presidente da associação. A primeira reunião foi com ele, (...) Aí eu fiz um "funtrip" com todas as agências de turismo, marquei com todo mundo que vende, chamei o Zé Mário, para o Zé Mário ir, para ele conhecer, para as pessoas conhecerem o Zé Mário, enfim, trabalho de formiguinha, as pessoas comprando o produto (ENTREVISTADO 1 – homem, sócio de agência de turismo e não é morador).

É importante destacar que houve tentativas de envolver os moradores nas atividades turísticas da comunidade, por meio dos cursos de formação oferecidos pela Rio Top Tour. Entretanto, como já foi destacado, o curso não teve uma boa receptividade por parte dos moradores, e são poucos os membros da comunidade que trabalham como guias turísticos no Santa Marta.

Tendo em vista que a iniciativa do Projeto Rio Top Tour partiu do governo, diante da oportunidade que enxergaram com a pacificação, o poder público também foi envolvido no processo de desenvolvimento da atividade turística na favela Santa Marta, como pode ser observado por meio do relato de um guia turístico que recebeu uma demanda do governo para atuar na favela:

(...) quando entrou a UPP, há três, quatro anos atrás no Santa Marta, acho que foi mais ou menos isso, logo depois, o Secretário de Turismo me chamou, o Antônio Pedro. E aí, se eu não me engano, foi assim: “Implementamos a UPP, agora cada um tem uma função para ser implementada, o prefeito, o governador... Mas cada Ministério tem a sua, cada secretaria tem a sua função de implementar alguma coisa positiva lá dentro” (ENTREVISTADO 1 – homem, sócio de agência de turismo e não é morador).

Dado que o incentivo do turismo na região está relacionado à pacificação, como revela o relato acima, os policiais que atuam na UPP da Santa Marta foram também envolvidos no processo, ainda que não haja um envolvimento contínuo e organizado. A atuação dos policiais em atividades relacionadas ao turismo evidencia-se na fala de alguns entrevistados:

Na época do Rio Top Tour, lógico que a gente participou junto a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer e tudo mais, a gente, não é? Conversou bastante, a gente ajudou a escolher alguns pontos, ajudou aí a sinalizar, (...) Então, a gente ajudou. (...) O que acontece às vezes é: eu estou saindo aqui, está o guia chegando, aí eles param, conversam, perguntam, mas, assim, nada que... Ah, uma rotina. (ENTREVISTADO 6 – homem, policial UPP e não é morador).

Um importante ator desse processo, o guia turístico, em geral vem de fora da comunidade. Ainda assim, os guias não parecem ter problemas quanto à receptividade dos moradores, inserindo-se nas atividades turística da favela com facilidade. Ao serem perguntados sobre o enfrentamento de resistência por parte dos moradores, os guias responderam de forma negativa: “Não, não, eles acham legal, falam que eu estou em todas, mas realmente eu estou mesmo, aonde tem um espaço eu estou, mas é uma coisa minha (...)” (ENTREVISTADO 9 – homem, guia turístico e morador). Mesmo aqueles que são guias externos, tem essa mesma percepção: “Não, eu não senti resistência,(...)” (ENTREVISTADO 12 – homem, guia turístico independente e não é morador).

Embora haja atuação de diferentes atores no desenvolvimento das atividades turísticas do Santa Marta, o perfil desses atores não parece ser marcado por uma característica de ativa participação e integração. Os guias turísticos, por exemplo, tem uma preocupação maior em passar despercebidos do que em realmente se inserir na comunidade de forma ativa. Um deles afirma: “A gente quando entra na favela, a gente tenta ser o menos impactante possível. E cabe o bom senso. (...) Então, a ideia é passar com duzentas pessoas despercebido” (ENTREVISTADO 1 – homem, sócio de agência de turismo e não é morador).

Da parte dos moradores, por outro lado, houve demonstrações de grandes preocupações com a participação da comunidade, revelando um perfil caracterizado pela vontade de se inserir em processos democráticos. Essa preocupação evidencia-se na fala de alguns moradores, como revela o fragmento a seguir:

(...) Inclusive eu procuro mostrar para as pessoas e dizer para as pessoas que ela tem que "estar acompanhando" a evolução da comunidade porque senão elas não vão ter condição "de estar morando" aqui [...] Seria supostamente uma "expulsão branca", não é? (...) (ENTREVISTADO 20 - homem, liderança e morador).

Os policiais que atuam na UPP da favela, por sua vez, também demonstraram um perfil de indivíduos interessados em se inserir no processo. A importância da participação foi enfatizada por alguns policiais: “Isso porque é mister que a gente tenha participação, para ver e ter conhecimento do que está acontecendo na Comunidade.” (ENTREVISTADO 15 – homem, policial UPP e não é morador).

A gestão social, orientada pela racionalidade comunicativa proposta por Habermas (2002), se dá, segundo Tenório (2008), por meio de um acordo alcançado comunicativamente entre os diferentes atores. É nesse sentido que o envolvimento desses atores nas atividades turísticas se faz necessário, para que estas possam se aproximar da gestão social das atividades turísticas em busca do desenvolvimento.

5.3 O Bem Comum no Desenvolvimento de Atividades Turísticas na Favela Santa Marta

O bem comum, relacionado ao alcance do bem-estar social, foi analisado por meio de dois critérios: os objetivos alcançados e a aprovação cidadã dos resultados.

O objetivo maior, por trás do incentivo de atividades turísticas na favela Santa Marta, diz respeito, principalmente, ao desenvolvimento da comunidade. Um espaço marcado por precariedade, falta de infraestrutura e instabilidade, a favela conta agora com o turismo como uma forma de mudar esse cenário, não apenas pela geração de renda, mas também por meio do atendimento das necessidades humanas, ambos relacionados à noção de desenvolvimento (FURTADO, 2000).

Os moradores entrevistados ressaltaram a geração de renda como um dos principais benefícios trazidos pelo aumento das atividades turísticas na comunidade. O aumento da renda foi destacado, assim, como o principal ganho da comunidade: “Acho que o ponto positivo eu acho que é a geração de renda, não é?” (ENTREVISTADO 4 – homem, estudante e morador). O favorecimento financeiro predominou nas respostas à pergunta sobre os pontos positivos do turismo para a favela: “Está favorecendo muito a comunidade [...] financeiramente. Porque o comércio da comunidade está sendo mais valorizado” (Entrevistado 2 – mulher e moradora).

O benefício trazido para os comerciantes da favela Santa Marta foram destacadas pelos entrevistados, como revela uma moradora que desempenha atividades comerciais na comunidade: “Pra nós comerciantes, não é? Gera aquela renda maior, não é? [...] Quem tem seu comércio aberto, eles sobem muito (...). Fazem lá a sua visita técnica e acabam parando sempre em alguma barraquinha”. (ENTREVISTADO 18 – mulher, comerciante e moradora)

Entretanto, também houve reclamações por parte de moradores e comerciantes em relação a algumas características dos turistas que limitam a geração de renda. Um ponto de destaque é a barreira que os turistas apresentam em relação ao consumo de alimentos e bebidas, por, provavelmente, duvidarem da higiene de alimentos provenientes da favela. Um morador que também vende suas pinturas na comunidade resalta essa insatisfação:

Não ache você que eles vêm aqui ou vão direto a minha venda. Não altera nada. Não vende nada. Não adianta. Até sorvete Kibon, que é pasteurizado... Eles não compram. [...] Biscoito, eles trazem tudo da rua, água mineral, porque lá no país deles a água lá é constante. Eles não autorizam... É decepcionante. [...] É cultural... [...] (ENTREVISTADO 7 – homem, artista plástico e morador).

Outra queixa que se destacou foi o baixo gasto dos turistas, associado pelos moradores à preocupação em poupar. Nesse sentido, eles foram caracterizados como avarentos pelos moradores: “Eles estão assim muito “pão duro” no sentido de comprar. Por mim eles compram muito pouco” (ENTREVISTADO 8 – homem, membro de ong e morador).

O atendimento das necessidades humanas, entretanto, não foi ressaltado por nenhum dos entrevistados. Ainda que tenham sido questionados a respeito dos benefícios que o turismo tem trazido para a comunidade, melhorias sociais não foram destacadas. Mencionaram-se apenas as financeiras. As características de precariedade e de baixo atendimento das demandas sociais, que dão identidade as favelas cariocas, conforme mostrou Maricatto (2007), mostraram-se presentes na fala dos entrevistados como marcas que ainda fazem parte do cotidiano dos moradores. Um dos membros da comunidade revelou, por exemplo, a falta de investimentos sociais:

E outra coisa não é a favor, o governo a todo o momento diz que superou a arrecadação. “Olha, nesse mês arrecadou trinta bilhões”. Cadê esses bilhões? A educação é um lixo! A saúde é outro lixo! [...]. Então só com consciência cidadã, mobilização [...]. (ENTREVISTADO 14 – homem, locutor da rádio Santa Marta e morador)

O problema do lixo também apareceu nas entrevistas como aspecto que prejudica a atividade turística e que é marcante no dia-a-dia dos moradores da favela Santa Marta: “Eu já vi reclamação de turista falando: ‘Ah porque aquele beco ali está sujo e tal’, não é?... (...)” (ENTREVISTADO 18 – mulher, comerciante e moradora).

A aprovação cidadã dos resultados obtidos até então a partir do desenvolvimento das atividades turísticas na comunidade geralmente não é positiva. Ao serem questionados a respeito do impacto do turismo na comunidade, muitos destacaram que essas atividades ainda não trouxeram melhorias visíveis: “Eu gostaria que alterasse, mas realmente não tem impacto. Eles entram, saem sem deixar nenhum lucro” (ENTREVISTADO 16 – homem, liderança e morador). Nesse mesmo sentido, outro morador brinca:

É igual a coisa da azeitona, não serve para nada. Já viu azeitona? Não serve para nada. Não altera nada. Eles são frios. É natural, são de país frio, europeu. (...) Eles não fomentam a vida, eles não incrementam. (ENTREVISTADO 7 – homem, artista plástico e morador).

E nos poucos casos em que os resultados do turismo foram aprovados, o que se destacou foi, mais uma vez, o benefício financeiro por ele trazido. O fragmento a seguir revela esse aspecto: “No momento está favorecendo muito a comunidade. Entendeu? “Verbamente”, financeiramente... Porque o comércio da comunidade está sendo mais valorizado” (ENTREVISTADO 2 – mulher e moradora).

Ao definir desenvolvimento a partir de uma perspectiva mais ampla, que envolve aspectos econômicos, mas também sociais, Furtado (2000, p. 22) lembra que “o aumento da eficácia do sistema de produção – comumente apresentada como indicador principal do desenvolvimento – não é condição suficiente para que sejam mais bem satisfeitas as necessidades elementares da população”. Da mesma forma, na visão do autor, a elevação dos padrões de vida e o atendimento das necessidades humanas podem se dar na ausência de um aumento da eficácia do sistema de produção. Nesse sentido, o destaque para a geração de renda a partir das atividades turísticas, aspecto que predominou na fala dos entrevistados, deve ser tratado com cautela, já que, como a muito os teóricos do desenvolvimento já destacaram, crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento e, como avança Furtado (1984), não é nem mesmo uma condição necessária para tal.

6. Conclusão

Ao se analisar o desenvolvimento de atividades turísticas em uma favela pacificada, na perspectiva da gestão social, conforme o objetivo proposto, pode-se observar, por meio da fala de moradores, guias turísticos e policiais inseridos na comunidade, que não há espaços de discussões formais que tenham uma abertura real para ouvir a comunidade, o que levou os moradores a formarem seu próprio comitê de turismo. A inserção dos moradores como guias

turísticos é dificultada pela falta de capacitação, e o curso oferecido pelo governo para solucionar tal problema não parece ter uma boa receptividade. Mesmo diante dessas dificuldades, a valorização pelos membros da comunidade da importância de sua participação, está presente na fala dos moradores. Ainda que muitos atores – dentre moradores, policiais, agentes de turismo ou poder público – estejam envolvidos nas atividades turísticas da favela, apenas os membros da comunidade demonstram uma real vontade de se inserir e de se envolver, sem tentar apenas “passar despercebidos”.

Os resultados obtidos por meio do turismo na favela Santa Marta também não pareceram ter atingido os objetivos propostos. Algumas conquistas foram alcançadas no que se refere aos aspectos econômicos, como o aumento do comércio e da demanda pelo serviço de guia turístico. As necessidades humanas dos moradores, entretanto, não parecem ter sido atendidas. Relatos de problemas de lixo, saúde, ou falta de infraestrutura, foram ressaltados nas falas dos entrevistados. Como consequência, os moradores, em geral, não acreditam que houve um impacto positivo do turismo na favela.

Holanda e Vieira (2003) explicam que quando as comunidades locais acham-se marginalizadas e não conseguem participar do desenvolvimento das atividades turísticas, esse espaço é assumido por grandes corporações, e as expressões locais acabam sendo reprimidas. Nesse caso, os benefícios trazidos para a comunidade resumem-se aos de viés econômico. Esse fenômeno pode ser observado na Favela Santa Marta. Os poucos benefícios decorrentes do turismo, mencionados nas entrevistas, dizem respeito a questões de âmbito econômico. Isso se mostra presente na fala de todos os atores envolvidos, desde os comerciantes, que exaltam os benefícios da aceleração de atividades comerciais, aos guias turísticos internos e externos, que comemoram o aumento da demanda por seu produto.

O crescimento econômico é, porém, insuficiente para a geração de transformações sociais mais amplas, as quais também são abarcadas pelo conceito de desenvolvimento, conforme mostrou Furtado (2000). Para que mudanças ocorram também em seus aspectos substantivos, a inclusão dos atores, verdadeiramente dispostos a se integrar, por meio de espaços de discussão que funcionem de forma organizada, faz-se necessária.

O cenário observado é, assim, reflexo da difícil inserção social no processo de desenvolvimento das atividades turística na favela Santa Marta. Entretanto, para além do crescimento da “indústria turística”, é importante a promoção do desenvolvimento local (HOLANDA e VIEIRA, 2003), o que só pode ser obtido com a participação da comunidade, com a compreensão do homem enquanto cidadão. É nesse sentido que a gestão social se apresenta como uma possibilidade de superação da relação falaciosa entre turismo e desenvolvimento local, e se faz necessária para que se tenha no cidadão o verdadeiro beneficiado.

7. Referências

- BATISTA, G. M. Turismo e desenvolvimento local: uma alternativa para as comunidades brasileiras. *5.º Encontro Nacional de Empreendedorismo*, UFC, 2003.
- BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de Lampedusa? In: RIGO ET AL. *Gestão Social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agendas*. Recife: UNIVASF, 2010.
- COSTA, V. G.; NASCIMENTO, J. A. S. O conceito de favelas e assemelhados sob o olhar do IBGE, das prefeituras do Brasil e da ONU. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.
- CUNHA, L. *Economia e Política do Turismo*. Portugal. Editora: McGraw-Hill, 1997.
- DENALDI, R. Intervenção municipal em favelas: aprimoramento e limitações. *XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, ANPUR, Salvador, 23 a 27 de maio de 2005.

- FURTADO, C.. *Introdução ao desenvolvimento – enfoque histórico-estrutural*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HABERMAS, J. *Agir comunicativo e razão destranscendentalizada*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- HOLANDA, L. A.; VIEIRA, M. M. F. Sobre a falácia da relação direta entre turismo e desenvolvimento local. In: CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. *Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do observatório da Realidade Organizacional*. Recife: EDUFEPE, 2003.
- IBGE. *Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia_tur_20032007/publ_c_omp_ecotur.pdf. Acesso em 18/abr/2012.
- LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C., (orgs). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.
- MARICATO, E. *Favelas: um universo gigantesco e desconhecido*. 2001. Disponível em: < <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab> >. Acesso em: 19 jan. 2012.
- MEDEIROS, B. F. *A construção da favela carioca como destino turístico*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- MEDEIROS, B. F. Entre tapas e beijos: a favela turística na perspectiva de seus moradores. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 1, janeiro/abril, 2010.
- MEDEIROS, B. F. *Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- MEDEIROS, B. F. A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, 2007.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. *Estatísticas básicas de turismo*. Brasília, 2011.
- OLIVEIRA, A. P. *Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização*. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.
- OLIVEIRA, J. S. Repensando a questão das favelas. *Revista Brasileira de Estudo de População*, Campinas, v. 2, n. 1, p. 9 – 30, jan./jun., 1985.
- SACHS, I. Desenvolvimento e Cultura. *Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento. Organizações & Sociedade*, v. 12, n. 33, p. 151-162, abr./jun. 2005.
- SOUSA, L. S.. *Turismo e desenvolvimento local sustentável na Paraíba*. 2006. Edição eletrônica disponível em: <http://www.eumed.net/libros/2006b/lss/index.htm>. Acesso em 18/abr/2012.
- TENÓRIO, F. G. *Cidadania e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Unijuí, 2007.
- TENÓRIO, F. G. ET AL. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: *Encontro de Administração Pública e Governança*, Salvador, Bahia, 12-14 nov. 2008.
- TENÓRIO, F. G. *Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado: ensaios de gestão social*. 3. Ed. – Ijuí: Unijuí, 2008.
- TENÓRIO, F. G.. *Tem razão a administração?* In: TENÓRIO, F. G.. *Tem razão a administração?* Ensaios de teoria organizacional e gestão social. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2002.
- UPP RJ. Conceito de UPP: A polícia da Paz. Disponível em: http://upprj.com/wp/?page_id=20 Acesso em 09 Nov 2011.
- UPP SOCIAL. Favela Top Tour. 2010a Disponível em: <http://www.uppsocial.com.br/favela-top-tour>. Acesso em 17/04/2012.
- VIZEU, F. Ação comunicativa e estudos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 4, out./dez., 2005.